

Concessionária do
Aeroporto
Internacional de
Confins S.A.

**Demonstrações Financeiras
Referentes aos Exercícios Findos
em 31 de dezembro de 2019 e 2018
e Relatório dos Auditores
Independentes sobre as
Demonstrações Financeiras**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	12
Balanço patrimonial	15
Demonstração do resultado	16
Demonstração do resultado abrangente	17
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	18
Demonstração dos fluxos de caixa – Método indireto	19
Demonstração do valor adicionado	20
Notas explicativas às demonstrações financeiras	21

Relatório da Administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Sobre a Companhia

1.1. Aos acionistas

É com grande satisfação que submetemos à apreciação de V.Sas. o **Relatório da Administração** e as **Demonstrações Financeiras** da Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins (“Companhia” ou “BH Airport” ou “Concessionária”), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes.

1.2. Apresentação

A Companhia é a concessionária responsável pela administração do Aeroporto Internacional de Belo Horizonte, localizado entre as cidades de Confins e Lagoa Santa, no Estado de Minas Gerais, na região sudeste do Brasil, e faz parte de um complexo de integração intermodal que contempla importantes rodovias de acesso à capital do Estado, Belo Horizonte.

Com o propósito de oferecer aos usuários a melhor experiência em aeroportos e conectar pessoas pelas mais diversas atividades relacionadas a operação do aeroporto, a Companhia vem desenvolvendo importantes melhorias no complexo aeroportuário, sempre com foco na qualidade da prestação de serviço, na segurança aeroportuária e em contribuir com o desenvolvimento sócio econômico e sustentável do Estado de Minas Gerais e do Brasil.

1.3. Destaques do Ano de 2019

Ampliação do Mix Comercial: Desde que assumiu a operação do aeroporto, em agosto de 2014, a concessionária ampliou de 65 para 150 o número de pontos de venda, nos segmentos de Alimentos & Bebidas, Serviços e Varejo. Em 2019, o Aeroporto Internacional de Belo Horizonte reforçou a estratégia de ampliar e diversificar o *mix* de pontos de venda. Além disso, para oferecer a melhor experiência de viagem aos passageiros, inaugurou duas salas VIP, uma no embarque doméstico e outra no internacional. Agora, também possui uma nova agência para realização de serviços bancários.

Linhas de Negócios: O ano de 2019 foi marcado pela implementação de uma grande mudança na estrutura organizacional da empresa, que passou a ser orientada por sete Linhas de Negócio. São elas: Soluções Logísticas Integradas, Conectividade e Aviação, Desenvolvimento Imobiliário, Mobilidade Integrada, Serviços Aeroportuários, Publicidade e Marketing Digital e Varejo e Hospitalidade. Com as Linhas de Negócio, há mais pessoas empenhadas em alcançar os objetivos, desenvolver projetos para melhorar as experiências dos passageiros e também em criar produtos que contribuam para performance dos resultados corporativos.

Projeto de Publicidade Outdoor e Indoor: Com o início da vigência contratual do novo operador máster de publicidade, foi dado o *start* para a implantação de um projeto de mídia aeroportuária de alta performance e tecnologia. O objetivo é gerar impacto positivo e interatividade com formatos de mídia, pensados em todos os momentos do passageiro durante sua permanência no aeroporto. A conclusão da implantação do projeto está prevista para março de 2020. Com isso, o percentual subirá para 75% em termos de visibilidade de conteúdo digital, fazendo com que o aeroporto se torne referência em mídia *Out of Home*, experiência entre marcas e desenvolvimento de publicidade no Brasil.

Virtual Interlining: Em busca de novas oportunidades de negócio e fontes de receita que estejam atreladas ao setor da aviação, a Companhia deu início à estudos para a implementação de uma plataforma que permite a comercialização de passagem aéreas pelo site do aeroporto. O modelo de negócio adota o conceito de *marketplace*. A consolidação do projeto tem sido possível graças à parceria com a Kiwi, a agência de viagens on-line europeia que combina rotas de 500 companhias aéreas ao redor do mundo. A plataforma será lançada no primeiro trimestre de 2020, em conjunto com o novo site do aeroporto.

Lounge dos Times: Em janeiro, às vésperas do início do Campeonato Mineiro de Futebol, os passageiros foram surpreendidos com a inauguração de um espaço temático inédito dedicado aos times de futebol. O Lounge dos Times, resultado de uma parceria entre a Companhia e os clubes de futebol América Mineiro, Atlético Mineiro e Cruzeiro, tem 170 m² de área e conta com exposições de fotos históricas, réplicas das principais camisas, quiz com curiosidades das equipes e do aeroporto e exibição de gols que estão na memória dos torcedores.

Cross Xperience: O Aeroporto Internacional confirmou sua vocação como espaço para a realização de eventos esportivos de grande porte. Em 14 de julho, os fãs de corrida Cross Country e Mountain Bike tiveram a oportunidade de participar de uma experiência inédita: a BH Airport Cross Xperience. O evento ofereceu circuitos exclusivos localizados dentro do sítio aeroportuário. A iniciativa foi promovida para inserir o espaço do aeroporto no calendário de eventos e proporcionar aos fãs de corrida e bicicleta um cenário diferenciado, integrado à natureza. Mais de mil atletas participaram, entre corredores e ciclistas.

Campeonato de Motocross: Depois de 20 anos, a Região Metropolitana de Belo Horizonte também voltou a receber etapas do Campeonato Mineiro de Motocross e a área escolhida, também inédita, foi o aeroporto. Nos dias 25 e 26 de maio, mais de 200 pilotos de todo o país, com idades entre 5 e 55 anos, disputaram a melhor colocação nas 14 categorias da competição. Já nos dias 26 e 27 de outubro, também foi realizada a grande final dos campeonatos Mineiro e Brasileiro de motocross 2019, com a presença de mais de 300 pilotos de todo o Brasil.

Corrida Noturna: Uma experiência única foi vivenciada por atletas amadores na madrugada de 15 de setembro, quando aconteceu a segunda edição da corrida noturna do Aeroporto Internacional de Belo Horizonte. A largada do evento ocorreu às 2h15 da manhã, período em que não há operações. Ao todo, cerca de 2 mil corredores participaram da prova. Os atletas optaram pelos circuitos de 5 km, 10 km e 21 km.

Exposição de Motos: Em outubro, antes de ocorrer as grandes finais do motocross, o aeroporto foi palco de uma exposição de motos com modelos antigos, cross e street. A mostra, que foi gratuita, estava à disposição do público nas entradas principais do terminal, no térreo, e também no primeiro piso do aeroporto.

Festival de Luz e Música: Em meio à movimentação intensa de final de ano, em dezembro, foi oferecido gratuitamente aos passageiros, visitantes, usuários e moradores das cidades vizinhas momentos de descontração e lazer, com uma série de apresentações de grupos de Belo Horizonte e de municípios vizinhos ao aeroporto.

Centro Integrado de Segurança Pública: O Aeroporto Internacional de Belo Horizonte inaugurou em 2019 o primeiro Centro Integrado de Segurança Pública (CISP) Aeroportuária do Brasil. Em um único espaço, localizado no térreo, os passageiros passaram a contar com o atendimento das principais autoridades da área de segurança pública, nas esferas estadual e federal, o que já facilita a vida do passageiro.

Infraestrutura: Durante o ano de 2019, a Infraestrutura realizou importantes melhorias na infraestrutura aeroportuária, dentre elas estão a aquisição e instalação da nova Central de Água Gelada para o TPS1; Substituição das escadas rolantes da sala de embarque e conclusão da

instalação dos elevadores do TPS1; Finalização das obras do VIP Lounge na sala de Embarque Internacional – TPS2; Construção de uma área para a instalação dos órgãos de segurança pública do Estado de Minas Gerais; Construção de novas instalações do Centro de Manejo de Fauna; Recuperação do pavimento rígido do pátio 1; Na região da center line, recuperação do pavimento flexível das TWY F1; Reforma do escritório administrativo da Companhia; Adequação e disponibilização de infraestrutura para a instalação de 14 quiosques comerciais nos terminais 1 e 2; Adequação da área para a instalação do ILS – CAB 34, contemplando instalação de estação meteorológica, nova subestação e movimentação de PAPI's; Retrofit Sistema Elétrico de Balizamento, com substituição das lâmpadas alógenas por leds; Construção de novas instalações para a Polícia Federal e realização de melhorias na área ocupada pela Vigiagro. Para estas realizações foram investidos R\$ 52 milhões, além de R\$ 9,1 milhões para infraestrutura de TI e R\$ 1,7 milhões para frotas.

2. Governança, Gestão e Estratégia Corporativa

2.1. Administração

A Companhia possui uma estrutura de governança corporativa que inclui o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal, a Diretoria Executiva e quatro comitês de gestão. São eles: “Performance Empresarial, Governança e Desenvolvimento Organizacional, Mapa do Negócio & Melhoria Contínua, Desenvolvimento de Negócios & Inteligência de Mercado” e o comitê de Conduta e Ética Empresarial. A governança corporativa da Companhia tem como principal objetivo conduzir, continuamente, os processos decisórios e de gestão, garantindo qualidade e respeito aos interesses dos acionistas e demais partes interessadas, visando promover equilíbrio e igualdade de interesses e transparência nos processos de tomada de decisão.

O Conselho de Administração hoje é composto por 6 membros eleitos pela Assembleia Geral, sendo 4 (quatro) dos membros indicados pelo acionista privado e 2 (dois) membros indicados pela INFRAERO, todos com prazo de gestão por 2 (dois) anos, admitida a reeleição.

De acordo com o Estatuto Social da Concessionária, a Diretoria Executiva é composta pelas Diretorias Financeira-Administrativa, Comercial, Infraestrutura, Operações e Presidência, cujos representantes são eleitos pelo Conselho de Administração, com prazos de gestão de dois anos, permitidas reeleições. Atualmente, a Diretoria de Infraestrutura está sendo acumulada pela Diretoria Administrativo Financeira, assim como a Diretoria Comercial pelo Diretor Presidente da Concessionária.

O Conselho Fiscal, de caráter permanente, compõe-se de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, sendo 2 (dois) indicados pelo acionista privado e 1 (um) indicado pela INFRAERO.

2.2. Gestão da Ética e Programa de Integridade e *Compliance*

A Companhia é uma empresa que possui seus valores muito bem definidos. Dentro desse contexto, temos trabalhado ativamente para que a ética e a integridade sejam a base de todos os nossos relacionamentos, sejam eles com o setor público ou privado, internos ou externos. Com o objetivo de reforçar o nosso compromisso, em setembro de 2017, implementamos o Programa de Integridade e Compliance da Concessionária, com a apresentação do novo Código de Conduta e Ética Empresarial, a Política do Programa de Integridade. No final de 2018, foi implementada a Política de Avaliação de Compliance de Fornecedores e Parceiros Comerciais. Todos os instrumentos foram desenvolvidos para consolidar as diretrizes e expectativas de atuação dos executivos, colaboradores e parceiros comerciais e fornecedores da Companhia.

Como parte deste programa, foi criado o Comitê de Conduta e Ética Empresarial da Companhia, um órgão corporativo que assessora o responsável pelo programa de integridade na gestão e acompanhamento do programa. A finalidade deste Comitê é de assegurar que o Programa de Integridade seja executado alinhado as orientações dos nossos acionistas.

2.3. Governança e Gestão de Riscos Corporativos

A gestão de riscos corporativos da Companhia tem como propósito contribuir para fortalecer os processos de governança corporativa e de gestão, garantir a segurança empresarial, promover maior transparência no relacionamento com todas as partes interessadas e aprimorar o ambiente de controles internos da Companhia. Além disso, propõe-se a adicionar e preservar valor, mitigando perdas através da identificação de oportunidades e ameaças, atender às normas, requisitos legais e regulatórios pertinentes, melhorar a eficácia e a eficiência operacional e melhorar a prevenção de perdas e a gestão de crises ou incidentes.

A gestão de riscos corporativos teve início na Companhia em 2016 e teve seu modelo pautado pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*, e deu origem à norma de política, formalizando as diretrizes da gestão de riscos corporativos. O acompanhamento de todas as atividades relacionadas a gestão dos riscos corporativos da Companhia ocorre com frequência mensal no Comitê de Governança, Estratégia Empresarial e Desenvolvimento Organizacional

2.4. Gestão de Pessoas

Alinhado a proposição de valor de conectar pessoas e promover um ambiente de constante aprendizado e oportunidades a Companhia tem reiterado seu compromisso com inúmeros projetos inovadores e com a promoção de um excelente ambiente de trabalho, sustentável, acolhedor e simples, no qual as pessoas tenham espaço para aprender e se desenvolver. Um ambiente que incentive a agilidade e a firmeza de propósito nos processos de tomada de decisão, que resulte no fortalecimento dos relacionamentos, na consolidação de uma cultura organizacional de aprendizado e de entrega de resultados, que assegure a garantia da prestação de serviços públicos com excelência operacional e proporcione ao cliente uma experiência única. O ano de 2019 encerrou-se com destaques:

- Com um quadro de 363 colaboradores, frente aos 403 em 2018, registrando um *turnover* de 11,05% em 2019;
- Do número atual de colaboradores, 31% residem em Belo Horizonte, 23% em Lagoa Santa, 16% em Pedro Leopoldo, 7% em Confins, 6% em Vespasiano e 24% em outras cidades da região de Belo Horizonte; e
- Com investimento de aproximadamente R\$ 250.000 em treinamentos de capacitação e desenvolvimento que resultaram em 14.570 horas de treinamento e uma média de 42 horas de treinamento por colaborador.

O valor desse investimento e dos demais realizados em capacitação e desenvolvimento desde 2014, teve por finalidade consolidar a cultura organizacional da Companhia e seu modelo de Gestão e Governança. Trabalhamos a exaustão em 2019, com o propósito de alinharmos a cultura organizacional da Companhia a entrega de performance empresarial e no fortalecimento do propósito de conectar pessoas, com foco em performance e aprendizado organizacional. Em 2019 também readequamos as competências organizacionais aos novos desafios de criar valor para acionistas e demais partes interessadas, também redesenhamos os processos de identificação e avaliação de pessoas, fundamentados pelas competências organizacionais e no processo de *talent review*.

São latentes a transformação e a maturidade alcançada pela Companhia nestes últimos quatro anos e o resultado já são colhidos nos prêmios recebidos e no avanço constante nos indicadores das pesquisas SAC e ANAC. A Companhia hoje tem pessoas capacitadas e preparadas para sustentar mudanças e para encarar os novos desafios, sempre alinhados ao desenvolvimento do aeroporto e do seu entorno.

2.5. Partes Relacionadas

De acordo com o Contrato de Concessão entende-se por parte relacionada referente à concessionária e ao Acionista Privado, qualquer controladora, coligada e respectivas controladas, bem como aquelas assim consideradas pelas normas contábeis em vigor.

De forma a garantir a governança em suas transações comerciais com partes relacionadas, cuja finalidade precípua é garantir a lisura nos procedimentos, o cumprimento das cláusulas contratuais e a proteção ao acionista não controlador, os acionistas da Concessionária estabeleceram no Estatuto Social que a INFRAERO possui voto de qualidade nessas matérias. Todo e qualquer contrato a ser realizado com parte relacionada deverá ser previamente submetido à análise da INFRAERO e somente poderão ser aprovadas mediante consentimento expresso da mesma, conforme descrito no manual de governança da INFRAERO.

Ademais, de forma a salvaguardar o cumprimento do preceito supracitado, o Acordo de Acionistas estabelece alguns procedimentos específicos que deverão ser observados nas contratações com partes relacionadas, cuja finalidade é garantir que todas as contratações feitas nessas condições sejam transparentes e estejam dentro dos parâmetros de mercado.

3. Desempenho Econômico e Financeiro

3.1. Mercado Aeroportuário Brasileiro

A aviação comercial brasileira viveu um ano de desafio em 2019. A saída de um dos *players* (Avianca) e a redução brusca de oferta gerou um aumento excessivo nos preços das passagens aéreas e com isso uma repressão de demanda. Ademais, o problema dos Boeings 737-MAX que foram angariados e os atrasos de entrega da Airbus e Embraer dificultaram a recuperação da oferta perdida, mas mesmo assim o mercado aéreo brasileiro cresceu de 2% a 3% este ano.

Apesar das incertezas de 2019, houve aprovação pelo congresso da permissão para que empresas de capital estrangeiro operem no Brasil com possibilidade de *share* ilimitado em companhias nacionais, a manutenção do veto de franquias de bagagens permitindo que empresas aéreas cobrem pelo despacho e a redução de ICMS por parte de governos estaduais ajudaram a fomentar o mercado e gerar boas expectativas para o ano de 2020.

Com o fim da Avianca e a redução na oferta de voos, as empresas aéreas puderam elevar suas tarifas e o preço médio para um voo doméstico passou de R\$ 366,97, nos nove primeiros meses de 2018, para R\$ 410,18, no mesmo período de 2019, uma alta de 11,8%. Esse foi o maior aumento real (descontada a inflação) para o período desde pelo menos 2012, segundo a Agência Nacional da Aviação Civil (ANAC).

Esta elevação nos preços ajudou as empresas aéreas a melhorarem seus resultados financeiros em 2019, que vinham muito fracos desde o início da crise brasileira. Para o ano de 2020, há uma expectativa do mercado de queda nas tarifas aéreas. Contudo, há uma previsão de crescimento na demanda para as companhias, já que o crescimento do setor está diretamente ligado ao crescimento do PIB e do investimento.

3.2. Desempenho

O exercício de 2019 apresentou um crescimento de 4,7% no número de passageiros em relação ao ano de 2018. Como demonstrado no quadro abaixo:

Principais Indicadores	2019	2018	Varição
Número de passageiros incluindo conexões Milhares	11.172	10.673	4,7%
Movimentação total de aeronaves (MTA) Milhares	102,3	101,2	1,1%
Volume de cargas ¹ (tons) Milhares	35.184	36.701	-4,1%

¹ Volume de cargas embarcadas e desembarcadas no terminal (TECA), excluindo importações/exportações de Aeronaves

3.2.1. Receitas Consolidadas

Em 2019, a Companhia registrou receita líquida ajustada de R\$ 244.541 como demonstrado no quadro abaixo:

Receitas Operacionais (R\$ Mil)	2019	2018
Receitas Reguladas	215.722	214.984
Receitas Não Reguladas	106.662	91.528
Receita Bruta Ajustada ¹	322.384	306.512
Deduções da Receita Bruta	-77.843	-84.294
Receita Líquida Ajustada ¹	244.541	222.218

¹ Ajustes: Desconsidera os impactos da Receita de Construção (IFRS)

3.2.2. Dívida

Em 18 de dezembro de 2015, a Companhia celebrou contrato de financiamento para empréstimo ponte junto ao BNDES no valor de R\$ 405.000 mil, sendo o montante total, advindo de recursos do BNDES. O prazo de vigência do contrato foi originalmente de 18 meses com vencimento em julho de 2017, contados a partir da assinatura do contrato. A amortização será realizada em parcela única “*Bullet*” e os juros serão pagos trimestralmente até a amortização total do contrato. A Companhia realizou em 2017 desembolsos do saldo disponível no montante total de R\$ 118.450 mil. Em 15 de julho de 2017, o contrato de financiamento foi aditado por 6 (seis) meses, tendo seu novo vencimento em 15/01/2018 e ainda em 2017, devido a edição da Portaria MTPA 911/2017 que revogava a portaria MTPA 356/2016 do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, que regulamentou as restrições operacionais do Aeroporto das Pampulha, fez-se necessário a celebração do segundo aditivo contratual, prorrogando o vencimento do empréstimo-ponte por mais 10 (dez) meses, tendo seu vencimento alterado para 15/11/2018. As demais condições contratuais permaneceram inalteradas.

Em 24/08/2018 foi assinado o contrato de financiamento mediante a abertura de crédito com o BNDES, no valor de R\$ 508.000, em 201 parcelas, com custo de TJLP mais 2,31 % aa, com vencimento em 15 de dezembro de 2035, dividido em 02 subcréditos, sendo R\$ 381.000 correspondentes ao subcrédito “A” e R\$ 127.000 ao subcrédito “B”. Em 16/11/2018 foi efetuada a troca da dívida do empréstimo ponte para o longo prazo no valor de R\$ 417.977.

Em 21/11/2019 houve o segundo desembolso do Contrato de Financiamento no valor de R\$ 14.649.058,15, sendo R\$ 10.986.793,61 (75,0%) referente ao subcrédito “A” e R\$ 3.662.264,54 (25,0%) referente ao subcrédito “B”.

4. Sustentabilidade

4.1. Desempenho Social

A Companhia mantém cinco projetos sociais visando o aprimoramento do capital social e de relacionamento com a comunidade do entorno do sítio aeroportuário: o Projeto Minas de Sonhos, Patrulha da Segurança Integrada, Programa de Visitas, Programa de Coleta Seletiva e o YoGamers do Bem.

Minas de Sonhos: Desenvolve atividades socioeducativas, culturais, recreativas e esportivas visando o exercício da cidadania, a educação para valores, saúde e qualidade de vida; cursos de capacitação profissional na área da informática, arte culinária, artesanato em geral, atendimento ao cliente para a geração de renda e preparação para o mercado de trabalho. É uma parceria da Companhia com as prefeituras de Confins, Lagoa Santa, Matozinhos, Pedro Leopoldo e a Fundação Pedro Leopoldo. Anualmente são atendidos 120 adolescentes de 14 a 16 anos em situação de vulnerabilidade social, sendo 30 de cada município parceiro.

Patrulha da Segurança Integrada: A Companhia realiza, em parceria com escolas públicas municipais de cidades do entorno do Aeroporto Internacional de BH, o Programa da Patrulha da Segurança Integrada. Voltado à conscientização de crianças e adolescentes sobre a responsabilidade pela segurança aeroportuária e da região do entorno, o programa oferece palestras sobre os principais riscos às operações. Em 2019, o projeto chegou à quinta edição com quase 876 alunos participantes.

Programa de Coleta Seletiva: Compromisso com a preservação do meio ambiente aliado à geração de emprego e renda para 28 famílias da região de Lagoa Santa. O Programa de Coleta Seletiva já alcançou a marca de mil toneladas de resíduos coletados e doados (ou 1 milhão de quilos) à Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Lagoa Santa (Ascamare), desde agosto de 2014. A associação é a única com qualificação para atender grandes empresas da região de Lagoa Santa. Para contribuir com a capacitação dos trabalhadores a Companhia realizou treinamentos relacionados à Saúde e Segurança do Trabalho e Meio Ambiente, noções de classificação dos resíduos e noções de prevenção e combate a princípios de incêndio.

Programa de Visitas: O Programa de Visitas do Aeroporto permite as pessoas conhecerem o universo da aviação. Ao todo, mais de 2 mil visitantes tiveram essa experiência diferenciada, com visitas guiadas e gratuitas aos ambientes do aeroporto. Os participantes podem conhecer as operações, além de toda infraestrutura do terminal. As visitas são conduzidas por profissionais do aeroporto e planejadas com roteiros pré-estabelecidos de acordo com cada grupo e alinhado conforme a necessidade.

YoGamers do Bem: Cerca de 80 alunos de escolas municipais de cidades vizinhas ao aeroporto foram selecionados para participar, pela primeira vez, do projeto YoGamers do Bem, que propõe a inclusão e a transformação social, por meio da tecnologia e da inserção no mundo dos games. A primeira sala gamers YGB foi inaugurada no antigo Terminal 3 do aeroporto. Após muito empenho e dedicação, esses jovens tiveram sua formatura no início de dezembro, levando na bagagem uma séria de aprendizados e novas experiências. O projeto de voluntariado foi criado por Felipe 'YoDa', atleta de eSports e o maior streamer brasileiro.

4.2. Desempenho Ambiental

A Companhia acredita no papel fundamental do Aeroporto Internacional de Belo Horizonte para fomentar o desenvolvimento econômico de Minas Gerais e da região onde está inserido. Consciente de sua responsabilidade, a concessionária busca disseminar valores, estabelecer parcerias e promover a integração com a comunidade para que este desenvolvimento seja ambientalmente sustentável. Destacamos as principais realizações do ano:

Acreditação de Carbono da Airport Council International ACI: Em 2019, fomos o primeiro aeroporto no Brasil a ser reconhecido pelo esforço em reduzir as fontes de emissões de gases de efeito estufa, por meio do cálculo de pegada de carbono do aeroporto referente ao ano de 2018. A Companhia recebeu a acreditação de emissões de carbono, no Nível 2 pelo programa do ACI, além da certificação pela norma ISO 14.064-1, devido à implantação de projetos para redução do consumo de energia elétrica.

Resíduos Sólidos: Consolidação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), alcançando o marco de 1.420 toneladas de resíduos recicláveis doados pelo aeroporto gerando grandes resultados provenientes do Programa de Coleta Seletiva Solidária desenvolvido pela Companhia, que, reforçou nosso compromisso com a responsabilidade socioambiental. Foi implementado o processo de compostagem acelerada de resíduos orgânicos, gerados no terminal de passageiros, na qual é produzido um composto orgânico para aplicação nas áreas verdes do aeroporto.

Licenciamento Ambiental Estadual: Emissão da Autorização para manejo de fauna silvestre N°424.028/2019, que subsidia a realização do gerenciamento do risco da fauna. Esta autorização foi embasada no Programa de Gerenciamento do Risco da Fauna no Aeroporto – PGRF, documento aprovado na ANAC em dezembro de 2018.

Fauna: A partir de março de 2019, a Companhia iniciou a operação do novo Centro de Manejo de Fauna (CMF) que viabilizou, além das melhores práticas, o bem estar animal. A área conta com 5 recintos de fauna temporária, 8 recintos de aves de rapina e uma inovação, um canil, que possibilitará a utilização de cão treinado para identificação de carcaças, ninhos e afugentamento de aves nas áreas de risco.

4.3. Reconhecimentos e Prêmios

Prêmio Airport Service Quality (ASQ): Considerado o melhor Aeroporto da América Latina e Caribe, na categoria entre 5 milhões e 15 milhões de passageiro por ano, o Aeroporto Internacional de Belo Horizonte recebeu o Prêmio Airport Service Quality (ASQ), concedido pelo Airports Council International (ACI) World. O anúncio foi feito em março de 2019 pela ACI World, organização representativa dos aeroportos em todo o mundo. O ASQ é um programa criado em 2006 para avaliar a percepção e experiência de viagem dos passageiros, por meio de 37 indicadores de desempenho. O programa envolve a aplicação de 640 mil questionários por ano, em 47 idiomas e 91 países. A cerimônia de entrega do Prêmio ASQ ocorreu, em setembro, durante a Conferência do ACI, em Bali, na Indonésia. O Prêmio ASQ de Melhor Aeroporto da América Latina e Caribe vem somar ao prêmio de aeroporto que mais evoluiu na Qualidade de Prestação de Serviços na América Latina e Caribe, concedido pela ACI em 2017, além do reconhecimento pelos próprios passageiros brasileiros.

Pontualidade: Em janeiro deste ano, o aeroporto foi classificado entre os mais pontuais do Brasil, de acordo com levantamento Punctuality League 2019 realizado pela OAG, empresa de inteligência especializada em análise do transporte aéreo mundial.

Prêmio Compliance Brasil 2019: A Companhia foi premiada pela Excelência em Gestão Integrada de Saúde e Segurança Ocupacional, Qualidade e Meio Ambiente durante a solenidade do Prêmio Compliance Brasil 2019, realizado pela Verde Ghaia. O compliance é um conceito que vem crescendo no Brasil por envolver um conjunto de iniciativas voltadas ao cumprimento da legislação e das políticas e diretrizes do negócio. A excelência dessa gestão amplia a confiança do mercado e do público nas empresas, independentemente do ramo de atuação.

Certificação de Operador Econômico Autorizado (OEA): O Aeroporto Internacional de Belo Horizonte recebeu no final de 2019 a certificação de Operador Econômico Autorizado (OEA), pelo programa da Organização Mundial das Aduanas (OMA). No Brasil, a iniciativa é realizada com a Receita Federal e mostra que as atividades de importação e exportação são realizadas de maneira regular e idônea. Com isso, a logística estabelecida no sítio aeroportuário é considerada segura e confiável em suas operações.

Prêmio José María Martínez Cal: A equipe de Manutenção apresentou na Conferência Internacional da Associação Latino Americana e Caribenha de Pavimentos Aeroportuários (ALACPA) dois cases de sucesso sobre projetos executados no Aeroporto Internacional de Belo Horizonte.

5. Considerações Finais

5.1. Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece aos seus acionistas, aos diversos órgãos do poder público, em especial a Agência Nacional de Aviação Civil, aos usuários, financiadores e instituições financeiras e parceiros, pelo apoio, confiança, empenho e comprometimento.

Agradecemos também aos nossos colaboradores pelo entusiasmo em sempre encarar todos os nossos desafios como oportunidades de aprendizado e crescimento.

5.2. Auditores Independentes

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

Confins, 27 de março de 2020.



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.

Confins - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos

São Paulo, 27 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Wagner Bottino
Contador CRC 1SP196907/O-7

Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.

Balço patrimonial

em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018		Nota	2019	2018
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	6.247	28.439	Financiamentos	13	27.047	19.791
Aplicações financeiras	6	43.073	50.934	Fornecedores	15	10.495	18.942
Contas a receber	7	34.889	30.491	Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	10	7.144	8.579
Contas a receber - partes relacionadas	10	1	-	Impostos e contribuições a recolher		4.479	5.035
Despesas antecipadas		1.570	1.492	Obrigações sociais e trabalhistas		13.368	14.015
Impostos a recuperar	8	7.385	8.194	Obrigações com o poder concedente	20 (a) e (b)	96.716	93.171
Outros créditos		5.184	4.821	Outras contas a pagar		10.550	14.295
Total do ativo circulante		98.349	124.371	Total do passivo circulante		169.799	173.828
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras - conta reserva	6	15.383	-	Financiamentos	13	387.830	397.799
Contas a receber - partes relacionadas	10	4.197	-	Obrigações com o poder concedente	20 (a)	1.602.021	1.568.688
Impostos diferidos	9 (b)	300.439	261.441	Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	14	676	246
Impostos a recuperar	8	75.073	73.341	Outras contas a pagar		32	59
Depósitos judiciais	20 (a)	184.121	175.407	Total do passivo não circulante		1.990.559	1.966.792
		579.213	510.189				
Imobilizado	11	16.087	30.285	Patrimônio líquido			
Intangível	12	1.746.547	1.795.198	Capital social	16	906.940	906.940
Intangível em construção	12	21.321	60.665	Prejuízos acumulados		(605.781)	(526.852)
Total do ativo não circulante		2.363.168	2.396.337	Total do patrimônio líquido		301.159	380.088
Total do ativo		2.461.517	2.520.708	Total do passivo e patrimônio líquido		2.461.517	2.520.708

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.

Demonstração do resultado

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2019	2018
Receita operacional líquida	17	303.398	275.242
Custos dos serviços prestados			
Serviços		(62.919)	(70.426)
Custo com pessoal		(35.327)	(39.032)
Custo de construção		(58.857)	(53.024)
Depreciação e amortização	11 e 12	(43.469)	(42.473)
Custo da outorga		(13.430)	(12.557)
Materiais, equipamentos e veículos		(3.558)	(3.973)
Outros		(13.984)	(13.806)
		<u>(231.544)</u>	<u>(235.291)</u>
Lucro bruto		<u>71.854</u>	<u>39.951</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesas com pessoal		(18.061)	(21.591)
Serviços		(25.235)	(24.090)
Materiais, equipamentos e veículos		(230)	(357)
Depreciação e amortização	11 e 12	(540)	(604)
Perdas com clientes		(1.747)	(1.182)
Provisão para perda esperada - Contas a receber		(689)	(463)
Outros		(7.683)	(4.448)
		<u>(54.185)</u>	<u>(52.735)</u>
Outros resultados operacionais		<u>51</u>	<u>159</u>
Resultado antes do resultado financeiro		17.720	(12.625)
Resultado financeiro	18	<u>(135.647)</u>	<u>(174.427)</u>
Prejuízo operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social		(117.927)	(187.052)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	9 (a)	<u>38.998</u>	<u>62.120</u>
Prejuízo líquido do exercício		(78.929)	(124.932)
Prejuízo por ação - básico e diluído (em reais - R\$)		<u>(0,0769)</u>	<u>(0,1270)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.

Demonstração do resultado abrangente

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Prejuízo líquido do exercício	(78.929)	(124.932)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(78.929)</u></u>	<u><u>(124.932)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	Capital Social		Prejuízos acumulados	Total
	Subscrito	A integralizar		
Saldos em 1º de janeiro de 2018	761.940	-	(401.920)	360.020
Aumento de capital em 15 de março de 2018	145.000	(145.000)	-	-
Integralização de capital em 13 de abril de 2018	-	145.000	-	145.000
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(124.932)	(124.932)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	906.940	-	(526.852)	380.088
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(78.929)	(78.929)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	906.940	-	(605.781)	301.159

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	(78.929)	(124.932)
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(38.998)	(62.120)
Depreciação e amortização	44.009	43.077
Baixa do ativo imobilizado e intangível	2	45
Variação monetária das obrigações com o poder concedente	77.522	105.073
Juros e variação monetária sobre financiamentos	34.259	46.567
Capitalização de custo de empréstimos	-	(10.149)
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	1.189	145
Reversão (provisão) para perda esperada – contas a receber	689	(463)
Juros e variação monetária com partes relacionadas	(10.301)	-
Ajuste a valor presente de obrigações com poder concedente	42.036	42.934
Ajuste a valor presente do ativo financeiro	(4)	-
Atualização monetária sobre riscos cíveis e trabalhistas	35	(668)
Variações Cambiais sobre Fornecedores estrangeiros	(135)	152
	150.303	164.593
Variações nos ativos e passivos:		
(Aumento) redução dos ativos:		
Contas a receber	(5.087)	(4.495)
Impostos a recuperar	(3.353)	1.793
Despesas antecipadas e outros créditos	(441)	(283)
Depósitos judiciais	(8.714)	(8.615)
Contas a receber - partes relacionadas	(43)	21
Ressarcimento de obras efetuadas	133.574	-
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	(8.312)	(3.814)
Contas a pagar - partes relacionadas	(1.435)	1.154
Obrigações sociais e trabalhistas	(647)	(658)
Impostos e contribuições a recolher	(556)	695
Obrigações com o poder concedente	(82.680)	(78.327)
Pagamentos de provisão para riscos cíveis e trabalhistas	(794)	(76)
Outras contas a pagar	(3.772)	116
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades operacionais	89.114	(52.828)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(4.218)	(6.027)
Adições ao ativo intangível	(62.594)	(56.329)
Aplicações financeiras líquidas de resgate	7.861	(50.934)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(58.951)	(113.290)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Resgates / aplicações (conta reserva)	(15.383)	-
Aumento de capital	-	145.000
Financiamentos (captação)	14.649	409.747
Financiamentos (pagamento de principal)	(18.867)	(414.476)
Financiamentos (pagamento de juros)	(32.754)	(42.492)
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de financiamento	(52.355)	97.779
Redução do caixa e equivalentes de caixa	(22.192)	(68.339)
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	28.439	96.778
No final do exercício	6.247	28.439
	(22.192)	(68.339)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.
Demonstração do valor adicionado
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	2019	2018
Receitas		
Receitas aeroportuárias	322.384	306.512
Receitas de construção	58.857	53.024
Juros capitalizados	-	10.149
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	(87.770)	(94.003)
Materiais, energia e serviços de terceiros e outros	(82.785)	(79.158)
Custo de construção	(58.857)	(53.024)
Valor adicionado bruto	151.829	143.500
Depreciação e amortização	(44.009)	(43.077)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	107.820	100.423
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	23.828	14.960
Valor adicionado total a distribuir	131.648	115.383
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Remuneração direta	(33.422)	(36.279)
Benefícios	(9.307)	(10.308)
FGTS	(2.214)	(2.244)
Outras	(267)	(3.482)
Tributos		
Federais	(3.167)	20.740
Estaduais	(107)	(100)
Municipais	7.319	424
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	(113.431)	(153.181)
Aluguéis	(515)	(394)
Outorga	(55.466)	(55.491)
Remuneração de capitais próprios		
Prejuízo do exercício	78.929	124.932
	(131.648)	(115.383)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A. (“Companhia” ou “BH Airport”), é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 22 de janeiro de 2014, tendo como objeto exclusivo a prestação de serviços públicos para ampliação, manutenção, exploração de infraestrutura aeroportuária e do respectivo Complexo Aeroportuário, localizados nos municípios de Confins e Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais, e outras atividades necessárias ou convenientes a este fim, como a constituição de subsidiárias integrais para a execução de atividades compreendidas no objeto social, a importação de bens e serviços necessários à execução das atividades compreendidas no objeto social e à execução de outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto.

A sede está localizada na Rodovia LMG 800, Km 7,9, s/n, município de Confins – MG, sala B13A.

A concessão compreende o Complexo Aeroportuário a ser implementado em três fases:

- FASE I-A – transferência das operações do Aeroporto da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO para a Concessionária que ocorreu em três etapas:
- Estágio I: Iniciada em 07 de maio de 2014, no qual a Concessionária apresentou à Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) o Plano de Transferência Operacional (PTO), encerrado em 02 de junho de 2014;
- Estágio II: Após 02 de junho de 2014, a operação ficou sobre responsabilidade da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO sendo assistida pelos prepostos da Concessionária até o dia 11 de agosto de 2014; e
- Estágio III: A partir de 12 de agosto de 2014, a Concessionária assumiu a operação do Aeroporto sendo auxiliada por prepostos indicados da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, até o dia 11 de janeiro de 2015.

A partir do dia 12 de janeiro de 2015, a Concessionária assumiu integralmente a operação do Aeroporto.

- FASE I-B – ampliação do Aeroporto pela Concessionária para adequação e melhoria do nível de serviço;
- FASE II – demais fases de ampliação, manutenção, exploração do Aeroporto, para atendimento aos Parâmetros Mínimos de Dimensionamento previstos no PEA – Plano de Exploração Aeroportuária.

A concessão, conforme definido no Edital de Leilão nº 01/2013, terá prazo de 30 anos, contados a partir da data de eficácia, em 07 de maio de 2014.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a) Moeda estrangeira

- Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados.

b) Receitas de contratos com clientes

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

As receitas aeroportuárias são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes dos aeroportos.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

c) Instrumentos financeiros

- Classificação

A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

As duas principais categorias de classificação para ativos e passivos financeiros são: mensurados ao custo amortizado e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR).

Os ativos financeiros são classificados como mensurado ao custo amortizado se atenderem ambas as condições a seguir e se não forem designados como mensurados ao VJR.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- São mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais dos ativos financeiros derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, são classificados como ao VJR.

Os passivos financeiros são classificados como ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Outros passivos financeiros não classificados ao VJR, são mensurados pelo custo amortizado.

No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável como VJR, um ativo ou passivo financeiro que, de outra forma, atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

- Mensuração e desreconhecimento

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento e mensurados pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis a eles. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente ao preço da operação.

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, que tem como composição somente pagamento de principal e juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e, os juros são definidos como: (i) uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo; (ii) pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e; (iii) por outros riscos e custos básicos, como por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos, assim como uma margem de lucro, se houver.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro, em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A receita de juros e ganhos e perdas cambiais apurados na mensuração subsequente ou no desreconhecimento desses ativos financeiros são reconhecidos no resultado.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos, na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros mensurados ao custo ao amortizado são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

São mensurados inicialmente pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis a eles. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. A diferença entre o valor justo entre o novo passivo financeiro e a baixa do anterior, modificado, é reconhecida no resultado.

A despesa de juros e ganhos e perdas cambiais apurados na mensuração subsequente ou no desreconhecimento desses passivos financeiros são reconhecidos no resultado.

Ativos e passivos financeiros mensurados pelo VJR

Ativos ou passivos financeiros são classificados pelo VJR caso tenham sido classificados como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos de transação, bem como a mensuração posterior do valor justo, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

- Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

- Aplicações financeiras

Refere-se a investimentos financeiros com vencimento original superior a três meses ou com vencimento inferior a esse prazo, porém sem previsão de utilização nesse período.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

f) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou ao prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 11.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

g) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a geração de benefícios econômicos estimada.

- Direito de concessão – vide item “m”

- Direito de exploração de infraestrutura - vide item “n”

Os ativos em fase de construção são classificados como intangível em construção.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

h) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perda de ativos financeiros a receber do Poder Concedente ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passaria a ser mensurada para a vida inteira do ativo.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia; ou
- O contas a receber de clientes estiver vencido há mais de 90 dias, exceto para receitas reguladas, onde é considerado 120 dias.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

j) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

k) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego, sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

l) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

m) Direito da concessão

Em consideração à orientação contida nos itens 12 (b) e 14 da OCPC 05 - Contratos de Concessão, a Companhia adota a prática contábil de ativar o preço da delegação do serviço público, reconhecendo os valores futuros a pagar ao Poder Concedente (divulgado na nota explicativa nº 20), baseado nos termos contratuais.

Neste tipo de contrato, o concessionário adquire um direito de exploração, uma licença para operar por prazo determinado e, conseqüentemente, a obrigação irrevogável de (a) efetuar pagamentos em caixa ao poder concedente e (b) realizar melhorias e expansões da infraestrutura. O passivo está apresentado pelo valor presente da obrigação.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

n) *Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 – R1)*

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de passageiros estimada como base para a amortização.

o) *Demonstração do valor adicionado*

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

p) Adoção inicial de normas e interpretações novas e revisadas

A Companhia adotou inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2019, as seguintes normas:

• **CPC 06 (R2) - Arrendamentos**

O CPC 06 (R2) substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

O CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

A Companhia não identificou impactos em suas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 em função da adoção do CPC 06.

• **CPC 22 - Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro**

Esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 – Tributos sobre a Renda, quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos de impostos sobre o lucro pela autoridade tributária. Esta interpretação é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019. Na avaliação da Administração da Companhia, não existiram impactos significativos em decorrência da interpretação, uma vez que os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

q) Novas Normas e Interpretações ainda não efetivos

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas CPC.
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 e CPC 23).
- CPC 11 Contratos de Seguros.

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 27 de março de 2020 foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

2n	Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível – ICPC 01 (R1)
9b	Impostos diferidos
12	Amortização dos ativos intangíveis
14	Provisão para riscos cíveis e trabalhistas
19	Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão Geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxa de câmbio; e
- d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto aos Poderes Concedentes, que potencialmente sujeitam as investidas à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) relativos aos financiamentos em reais; (2) do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n^{os} 6, 13, 19 e 20.

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Financiamentos em moeda nacional (a)	54.873	53.006	51.151	49.291	446.456
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	7.144	-	-	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	21.045	32	-	-	-
Obrigações com o Poder Concedente	-	83.283	80.676	78.177	1.456.601

(a) Valores brutos dos custos de transação.

A Companhia vem apresentando prejuízos recorrentes e fluxo de caixa operacional negativo (exceto pelo exercício de 2019 devido ao reembolso das obras de responsabilidade da Infraero, detalhado na nota explicativa nº10(g)). Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 71.450 (R\$ 49.457 negativo em 2018), substancialmente composto por obrigações com o poder concedente, detalhado na nota explicativa nº 20. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia conta com o suporte financeiro dos acionistas. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade. Em vista do exposto, apesar do saldo do Passivo Circulante superior ao Ativo Circulante, situação que poderia levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia, as informações contábeis anuais foram elaboradas levando em consideração o pressuposto de continuidade e, portanto, elas devem ser lidas nesse contexto.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa e bancos	599	815
Aplicações financeiras		
Aplicações financeiras (CDB)	<u>5.648</u>	<u>27.624</u>
Total - Caixa e equivalentes de caixa	<u><u>6.247</u></u>	<u><u>28.439</u></u>
	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Circulante		
Aplicações financeiras		
Aplicações financeiras (CDB)	<u>43.073</u>	<u>50.934</u>
Total - Circulante	43.073	50.934
Não Circulante		
Aplicações financeiras		
Conta reserva (Garantia BNDES - maiores detalhes vide NE 13)	<u>15.383</u>	<u>-</u>
Total - Não Circulante	15.383	-
Total - Aplicações financeiras	<u><u>58.456</u></u>	<u><u>50.934</u></u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 97,59% do CDI, equivalente a 5,80% ao ano (97,89% do CDI, equivalente a 6,26% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2018).

7. Contas a receber

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Circulante		
Receitas tarifárias (a)	22.478	21.020
Receitas não tarifárias (b)	<u>14.470</u>	<u>10.841</u>
	36.948	31.861
Provisão para perda esperada – contas a receber (c)	<u>(2.059)</u>	<u>(1.370)</u>
	<u><u>34.889</u></u>	<u><u>30.491</u></u>

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Idade de vencimentos dos títulos

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Créditos a vencer	33.284	27.939
Créditos vencidos até 60 dias	1.520	2.433
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	85	119
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	409	615
Créditos vencidos há mais de 181 dias	<u>1.650</u>	<u>755</u>
	<u>36.948</u>	<u>31.861</u>

- (a) Créditos a receber decorrentes de tarifas aeroportuárias, tais como tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia;
- (b) Créditos a receber decorrentes de receitas acessórias como estacionamento, locação de espaço físico, direito de acesso ao terminal e outros serviços de apoio; e
- (c) A provisão para perda esperada – contas a receber, reflete a perda esperada da Companhia.

8. Tributos a recuperar

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Circulante		
IRPJ e CSLL	659	-
COFINS	1.687	2.545
IRRF	1.059	1.716
PIS	366	553
CSLL	21	26
ISS	246	240
Outros	<u>3.347</u>	<u>3.114</u>
	<u>7.385</u>	<u>8.194</u>
Não circulante		
IRPJ e CSLL	7.089	-
COFINS	55.852	60.258
PIS	<u>12.132</u>	<u>13.083</u>
	<u>75.073</u>	<u>73.341</u>

O valor do crédito tributário de IRPJ e CSLL no curto prazo trata-se de saldo negativo de 2019. No longo prazo, está registrado a retenção na fonte decorrente dos ressarcimentos da Infraero.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFIN S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(117.927)	(187.052)
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	40.095	63.598
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(911)	(964)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(186)	(513)
Outros ajustes tributários	<u>-</u>	<u>(1)</u>
Receita de imposto de renda e contribuição social	38.998	62.120
Impostos diferidos	<u>38.998</u>	<u>62.120</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u><u>-33%</u></u>	<u><u>-33%</u></u>

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	<u>Saldo em 2019</u>			
	<u>2018</u>	<u>Reconhecido no resultado</u>	<u>Valor Líquido</u>	<u>Ativo fiscal diferido</u>
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	230.883	30.827	261.710	261.710
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.712	(123)	1.589	1.589
Provisão para perda esperada - contas a receber	466	234	700	700
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	83	146	229	229
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (b)	26.014	9.141	35.155	35.155
Provisão para Fornecedores	2.220	(1.164)	1.056	1.056
Outros	63	(63)	-	-
Imposto diferido líquido ativo	<u>261.441</u>	<u>38.998</u>	<u>300.439</u>	<u>300.439</u>

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo em 2018				
	2017	Reconhecido no resultado	Valor Líquido	Ativo fiscal	Passivo fiscal
				diferido	diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	176.289	54.594	230.883	230.883	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.612	100	1.712	1.712	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	623	(157)	466	466	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	287	(204)	83	83	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (b)	20.282	5.732	26.014	47.192	(21.178)
Provisão para Fornecedores	234	1.986	2.220	2.220	-
Outros	(6)	69	63	63	-
Imposto diferido líquido ativo (passivo) antes da compensação	199.321	62.120	261.441	282.619	(21.178)
Compensação de imposto	-	-	-	(21.178)	21.178
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	199.321	62.120	261.441	261.441	-

- (a) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios:

de 2024	3.371
de 2025 em diante	258.339
	<u>261.710</u>

- (b) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do art. nº69 da lei nº12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transação) composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) *versus* amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados.

A recuperação dos créditos tributários poderá ser realizada em prazo diferente do acima estimado, em função de reorganizações societárias e de estrutura de capital.

10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2019 e 2018, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Transações			Saldos	
	2019			2019	
	Despesas / custos com serviços prestados	Imobilizado/ Intangível	Receitas Financeiras	Ativo	Passivo
			Contas a Receber	Fornecedores	
Controladoras					
CCR	7.300 (a)	-	-	-	602 (a)
CPC	7.418 (b)	945 (b)	-	1 (f)	591 (b)
Infraero	1.128 (c)	-	10.301 (g)	4.197 (i)	-
Zurich Airport	11.809 (d)	-	-	-	5.951 (d)
Total, 31 de dezembro de 2019	<u>27.655</u>	<u>945</u>	<u>10.301</u>	<u>4.198</u>	<u>7.144</u>

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Transações			Saldos
	2018			2018
	Despesas / custos com serviços prestados	Imobilizado/ Intangível	Receitas brutas	Passivo
				Fornecedores
Controladoras				
CCR	7.830 (a)	-	-	628 (a)
CPC	7.136 (b)	1.579 (b)	-	699 (b)
Infraero	1.384 (c)	-	-	-
Zurich Airport	12.924 (d)	-	-	7.252 (d)
Outras partes relacionadas				
Intercement Brasil S/A	-	-	13 (e)	-
Total, 31 de dezembro de 2018	29.274	1.579	13	8.579

Despesas com profissionais chave da administração

	2019	2018
Remuneração (h)		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	4.532	5.695
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado		
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	1.450	2.142
Complemento de provisão de PPR do ano anterior pago no ano	(588)	(43)
Previdência privada	167	116
Seguro de vida	8	6
	<u>5.569</u>	<u>7.916</u>

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	2019	2018
Remuneração dos administradores (h)	<u>1.841</u>	<u>2.531</u>

Na AGO realizada em 30 de abril de 2019, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 5.858, a qual não inclui os encargos sociais. A remuneração anual inclui salários, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR - Divisão Actua, cujo vencimento se dá no mês seguinte ao do faturamento;
- (b) Contrato de prestação exclusiva de serviços, suporte e manutenção em tecnologia da informação executados pela CPC - Divisão EngelogTec, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- (c) Os valores referem-se, substancialmente, a três softwares de propriedade da Infraero nos quais a Companhia pagou pela utilização, são eles (i) software de gerenciamento do terminal de carga; (ii) software de gerenciamento de informações aeronáuticas, e (iii) software de cadastro e controle de credenciais;

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (d) Contrato de consultoria de operação e gerenciamento do Aeroporto firmado em 02 de dezembro de 2014, o contrato tem vencimento até 31 de março de 2021;
- (e) Prestação de serviços de armazenagem e capatazia;
- (f) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferências de colaboradores;
- (g) Refere-se a reembolso efetuado pela Infraero de obras de competência desta, que foram executadas pela Companhia. O valor bruto do ressarcimento foi de R\$ 4.398 sobre ativo imobilizado (detalhado na nota explicativa nº 11) e R\$ 118.875 sobre intangíveis (detalhado na nota explicativa nº 12), totalizando R\$ 123.273, o qual foi acrescido de atualização monetária de R\$ 10.301 resultando no montante de R\$ 133.574, na qual foi decrescido de imposto retido de R\$ 12.623;
- (h) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros de administração e diretoria; e
- (i) Refere-se a conclusão de obras iniciadas pelo Poder Concedente passíveis de reembolso conforme anexo 3 do contrato de concessão.

11. Ativo Imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	2018			2019		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (b)	Saldo final
Valor de custo							
Móveis e utensílios		8.643	-	-	(5.326)	(29)	3.288
Máquinas e equipamentos		18.686	-	(7)	(116)	(4.292)	14.271
Veículos		16.033	-	-	1.668	(151)	17.550
Imobilizações em andamento		3.251	4.218	-	(6.098)	-	1.371
Total custo		46.613	4.218	(7)	(9.872)	(4.472)	36.480
Valor de depreciação							
Móveis e utensílios	10	(1.473)	(531)	-	940	-	(1.064)
Máquinas e equipamentos	13	(5.573)	(956)	5	526	-	(5.998)
Veículos	25	(9.282)	(4.049)	-	-	-	(13.331)
Total depreciação		(16.328)	(5.536)	5	1.466	-	(20.393)
Total geral		30.285	(1.318)	(2)	(8.406)	(4.472)	16.087

	Taxa média anual de depreciação %	2017			2018	
		Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Outros	Saldo final
Valor de custo						
Móveis e utensílios		8.644	3	481	(485)	8.643
Máquinas e equipamentos		17.420	-	2.288	(1.022)	18.686
Veículos		14.035	-	2.198	(200)	16.033
Imobilizações em andamento		2.451	6.024	(5.224)	-	3.251
Total custo		42.550	6.027	(257)	(1.707)	46.613
Valor de depreciação						
Móveis e utensílios	10	(639)	(834)	-	-	(1.473)
Máquinas e equipamentos	13	(3.101)	(2.472)	-	-	(5.573)
Veículos	25	(5.599)	(3.683)	-	-	(9.282)
Total depreciação		(9.339)	(6.989)	-	-	(16.328)
Total geral		33.211	(962)	(257)	(1.707)	30.285

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.
- (b) Refere-se a redução por transferência de saldo para o contas a receber de partes relacionadas relativo a aquisições de móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e veículos realizadas pela BH Airport e ressarcidas pela Infraero, no montante de (R\$ 4.398) e crédito de Pis e Cofins no montante de (R\$ 74).

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Intangível e intangível em construção

	Taxa média anual de amortização %	2018		2019			Saldo final
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (b)	
Valor de custo							
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		814.063	-	-	110.657	(120.284)	804.436
Direitos de uso de sistemas informatizados		25.593	-	-	1.059	(238)	26.414
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		-	116	-	(22)	-	94
Direito da concessão		1.060.271	-	-	-	-	1.060.271
Intangível		1.899.927	116	-	111.694	(120.522)	1.891.215
Intangível em construção		60.665	62.478	-	(101.822)	-	21.321
Total custo		1.960.592	62.594	-	9.872	(120.522)	1.912.536
Valor de amortização							
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(c)	(20.985)	(13.624)	-	(1.442)	-	(36.051)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(15.292)	(5.131)	-	(24)	-	(20.447)
Direito da concessão	(c)	(68.452)	(19.718)	-	-	-	(88.170)
Total amortização		(104.729)	(38.473)	-	(1.466)	-	(144.668)
Total geral		1.855.863	24.121	-	8.406	(120.522)	1.767.868

	Taxa média anual de amortização %	2017		2018			Saldo final	
		Saldo inicial	Adoção inicial CPC 47	Adições	Baixas	Transferências (a)		Outros
Valor de custo								
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		831.591	(158.015)	-	(46)	163.706	(23.173)	814.063
Direitos de uso de sistemas informatizados		27.464	-	-	-	379	(2.250)	25.593
Direito da concessão		1.060.271	-	-	-	-	-	1.060.271
Intangível		1.919.326	(158.015)	-	(46)	164.085	(25.423)	1.899.927
Intangível em construção		-	158.015	66.478	-	(163.828)	-	60.665
Total custo		1.919.326	-	66.478	(46)	257	(25.423)	1.960.592
Valor de amortização								
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(c)	(7.192)	-	(12.887)	1	(907)	-	(20.985)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(11.102)	-	(5.097)	-	907	-	(15.292)
Direito da concessão	(c)	(50.348)	-	(18.104)	-	-	-	(68.452)
Total amortização		(68.642)	-	(36.088)	1	-	-	(104.729)
Total geral		1.850.684	-	30.390	(45)	257	(25.423)	1.855.863

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.
 (b) Refere-se a redução por transferência de saldo para o contas a receber de partes relacionadas relativo a direitos de exploração da infraestrutura concedida e direitos de uso de sistemas informatizados realizadas pela BH Airport ressarcidas pela Infraero, no montante de (R\$ 118.875), constituição de contas a receber de partes relacionadas no montante de (R\$ 4.151) e crédito de Pis e Cofins no montante de R\$ 2.504.
 (c) Amortização pela curva do benefício econômico.

Não houve custos capitalizáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 10.149 em 31 de dezembro de 2018), não havendo taxa média de capitalização em 31 de dezembro de 2019 (custos dos financiamentos dividido pelo saldo médio de financiamento) e 9,20% em 31 de dezembro de 2018.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Financiamentos

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar 2019	Vencimento final		
						2019	2018
Em moeda nacional							
1. BNDES - TJLP (Subcrédito A e B)	TJLP + 2,31% a.a.	2,3814% (a)	2.164	1.915	Dezembro de 2035	414.877	417.590 (b)
Total geral				<u>1.915</u>		<u>414.877</u>	<u>417.590</u>
Circulante							
Financiamentos						27.266	20.020
Custos de transação						(219)	(229)
						<u>27.047</u>	<u>19.791</u>
Não Circulante							
Financiamentos						389.526	399.714
Custos de transação						(1.696)	(1.915)
						<u>387.830</u>	<u>397.799</u>

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada.

Garantias:

- (b) Aval / fiança corporativa do outro sócio da concessionária, na proporção de sua participação acionária direta/indireta.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>2019</u>
2021	25.968
2022	25.968
2023	25.968
2024 em diante	<u>311.622</u>
	<u><u>389.526</u></u>

A Companhia possui contratos financeiros com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, ou seja, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas.

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de empréstimos e financiamentos, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

Em 24 de agosto de 2018, foi assinado contrato de financiamento mediante abertura de crédito com o BNDES, no valor total de R\$ 508.000, com vencimento em 15 de dezembro de 2035, dividido em 2 subcréditos, sendo R\$ 381.000 correspondentes ao subcrédito “A” e R\$ 127.000 ao subcrédito “B”, ambos remunerados pela TJLP + 2,31% a.a.. As liberações dos subcréditos “A” e “B” deverão ocorrer *pari passu* e de maneira proporcional à participação de cada um deles no montante total.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFIN S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os juros foram pagos trimestralmente em 15 de dezembro de 2018, em 15 de março de 2019, e mensalmente, a partir de então, juntamente com as parcelas de amortização do principal.

Nº da liberação	Data da liberação	Subcrédito “A”	Subcrédito “B”	Total
1ª	16/11/2018	R\$ 313.483	R\$ 104.494	R\$ 417.977
2ª	21/11/2019	R\$ 10.987	R\$ 3.662	R\$ 14.649
Total		R\$ 324.470	R\$ 108.156	R\$ 432.626

Caso sejam ressarcidas ou recompensadas as obras do Poder Público, conforme definido no anexo 3 do Contrato de Concessão, realizadas pela Companhia, o BNDES poderá exigir a liquidação parcial antecipada do contrato de financiamento, no montante que tenha sido utilizado para financiamento a estas obras, proporcionalmente aos valores dos subcréditos “A” e “B”, bem como a concessionária se compromete desde já a efetuar-la, sendo certo que: (i) caso a Companhia seja ressarcida ou recompensada por meio de prorrogação do prazo do Contrato de Concessão e/ou de prorrogação do prazo de cronograma de investimentos ou obras, não haverá necessidade de liquidação parcial antecipada; e (ii) caso o ressarcimento ou recomposição seja obtido por meio de qualquer outro mecanismo, a necessidade de liquidação parcial antecipada será determinada a critério exclusivo do BNDES.

Este financiamento conta com as garantias:

- penhor de ações, onde: a Sociedade de Participações no Aeroporto de Confins “SPAC” dará ao BNDES em penhor, a totalidade das ações, presentes e futuras, de sua propriedade de emissão da concessionária e as acionistas diretas da SPAC darão ao BNDES em penhor, a totalidade das ações, presentes e futuras, de sua propriedade de emissão da SPAC;
- Cessão fiduciária dos direitos creditórios do Aeroporto de Confins, direitos emergentes da concessão em decorrência do Contrato de Concessão, e de todos os direitos creditórios da Companhia.
- Fiança dos acionistas CCR e Flughafen Zurich, limitada a sua responsabilidade à dívida decorrente do subcrédito A e B, respectivamente.

A Companhia deverá apresentar fiança(s) bancária(s) ao BNDES até 30 de junho do ano seguinte ao encerramento social para: (i) dívida decorrente do subcrédito “A” e de 75% da dívida não decorrente de subcrédito específico, caso não seja apresentado o parecer da empresa de auditoria independente que ateste que o índice Dívida Líquida/EBITDA Ajustado da CCR esteja menor ou igual a 3,5; e (ii) dívida decorrente do subcrédito “B” e por 25% da dívida não decorrente de subcrédito específico, caso a Flughafen Zurich não apresente classificação de risco compreendida na categoria “grau de investimento” em relatório emitido por Fitch Ratings, Moody’s, Standard & Poor’s ou outra entidade classificadora de risco expressamente aceita pelo BNDES e não seja apresentado o parecer da empresa de auditoria independente que ateste que o índice Dívida Líquida/EBITDA da Flughafen Zurich esteja menor ou igual a 3,0.

As fianças bancárias não serão necessárias caso no mesmo ano-civil em que ocorra o descumprimento do índice financeiro pela respectiva fiadora, o ICSD for maior que 1,3, sendo que o ICSD é igual ao EBITDA (Resultado antes do resultado financeiro + Depreciação e amortização) diminuído do IRPJ e CSLL correntes, quando houver, e do pagamento da outorga fixa no ano / Serviço da Dívida, bem como, a 2ª pista de pouso e decolagem do Aeroporto Internacional de Confins encontre-se operacional.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Adicionalmente, a Companhia não deverá, sem prévio consentimento, distribuir dividendos ou pagar juros sobre capital próprio referentes a um ano-fiscal, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere o percentual de que trata o § 2º do art. 202 da Lei nº 6.404/76 quando o ICSD for inferior a 1,3.

Conforme cláusula oitava do contrato firmado com BNDES, a partir de 01 de janeiro de 2019, a Companhia deve efetuar depósitos em conta reserva, na qual permaneceram bloqueados durante todo o prazo do contrato de financiamento. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo aplicado totaliza R\$ 15.383.

14. Provisão para riscos cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2018		2019			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos	Atualização de bases processuais e monetária	Saldo final
Não circulante						
Contingências Cíveis	-	4	-	(4)	-	-
Contingências trabalhistas	246	1.378	(193)	(790)	35	676
Total Não Circulante	246	1.382	(193)	(794)	35	676

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis, trabalhistas e previdenciários, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2019	2018
Cíveis	298	270
Trabalhistas	106	160
	404	430

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Fornecedores

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	9.199	16.752
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	95	271
Cauções e retenções contratuais (b)	<u>1.201</u>	<u>1.919</u>
	<u>10.495</u>	<u>18.942</u>

(a) Refere-se principalmente a valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.

(b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média, são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

16. Patrimônio líquido

Capital social

Em 15 de março de 2018, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária aprovou o aumento de capital no valor de R\$ 145.000 de ações ordinárias, passando o capital social da Companhia de R\$ 761.940 para R\$ 906.940.

Em 13 de abril de 2018, foi integralizado o valor de R\$ 145.000.

		<u>2019</u>	<u>2018</u>
	<u>Participação acionária</u>	<u>Quantidade de ações (em unidades)</u>	<u>Quantidade de ações (em unidades)</u>
SPAC	51,0%	545.929.825	545.929.825
INFRAERO	49,0%	<u>524.520.812</u>	<u>524.520.812</u>
		<u>1.070.450.637</u>	<u>1.070.450.637</u>

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFIN S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Receitas operacionais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas tarifárias	215.722	214.971
Receitas tarifárias - partes relacionadas	-	13
Receitas não tarifárias	106.662	91.528
Receitas de construção	<u>58.857</u>	<u>53.024</u>
Receita bruta	381.241	359.536
Impostos sobre as receitas	(31.528)	(36.505)
Contribuição Tarifária (a)	(45.255)	(45.620)
Receitas canceladas	<u>(1.060)</u>	<u>(2.169)</u>
Deduções das receitas brutas	<u>(77.843)</u>	<u>(84.294)</u>
Receita operacional líquida	<u>303.398</u>	<u>275.242</u>

(a) Contribuição Tarifária criada através da Lei 13.319, de 25 de julho de 2016, a qual alterou o valor das tarifas aeroportuárias da Companhia, incorporando o adicional tarifário (ATAERO), o que implicou em aumento de 35,9% nas receitas reguladas da Concessionária. O ATAERO era uma tarifa que a concessionária cobrava em nome do Poder Concedente. A Contribuição Tarifária é aplicada ao adicional tarifário, excluindo-se os impostos incidentes sobre a receita, resultando em uma alíquota de 22,65% sobre as receitas reguladas.

18. Resultado financeiro

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(32.996)	(43.718)
Variação monetária sobre financiamentos	(1.263)	(2.849)
Variação monetária sobre obrigações com o Poder Concedente	(77.522)	(105.073)
Capitalização de custo dos empréstimos	-	10.149
Reversão do ajuste a valor presente - outorga fixa	(42.036)	(42.934)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(103)	(189)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	<u>(5.555)</u>	<u>(4.773)</u>
	<u>(159.475)</u>	<u>(189.387)</u>
Receitas financeiras		
Juros e variações monetárias com partes relacionadas	10.301	-
Rendimento sobre aplicações financeiras	2.527	5.308
Variação monetária sobre outros ativos	10.182	8.589
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	238	37
Outras receitas financeiras	<u>580</u>	<u>1.026</u>
	<u>23.828</u>	<u>14.960</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(135.647)</u>	<u>(174.427)</u>

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a acionista CCR S.A. possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	2019			2018		
	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos						
Caixa e bancos	599	-	-	815	-	-
Aplicações financeiras	48.721	-	-	78.558	-	-
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	15.383	-	-	-	-	-
Contas a receber	-	34.889	-	-	30.491	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	4.198	-	-	-	-
Passivos						
Financiamentos em moeda nacional (a)	-	-	(414.877)	-	-	(417.590)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(20.941)	-	-	(33.296)
Contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(7.144)	-	-	(8.579)
Obrigações com o Poder Concedente	-	-	(1.698.737)	-	-	(1.661.859)
	64.703	39.087	(2.141.699)	79.373	30.491	(2.121.324)

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e bancos, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas – conta reserva** - Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo. As aplicações financeiras em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- **Contas a receber, contas a receber – partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar, contas a pagar - partes relacionadas e ativo financeiro** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações exceto ativos financeiros a receber do Poder Concedente, cujos valores contábeis são considerados equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, presentes no contrato de concessão, tais como estrutura robusta de garantias e marcos legais relacionados ao setor.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Financiamentos em moeda nacional e obrigações com o poder concedente** - Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos e das obrigações com o poder concedente equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas.

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados abaixo:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Nível 2		
Aplicações financeiras	64.104	78.558

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de financiamentos, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2020 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ (4) (5)	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
BNDES	TJLP (2)	Dezembro de 2035	416.792	(31.375)	(36.774)	(42.175)
Aplicação financeira (CDB) (6)	CDI (3)		64.104	2.165	2.703	3.241
				(29.210)	(34.071)	(38.934)
Total do efeito de ganho ou (perda)				(29.210)	(34.071)	(38.934)

As taxas de juros consideradas foram (1):

TJLP (2)	5,09%	6,36%	7,64%
CDI (3)	4,40%	5,50%	6,60%

- (1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

No item (2) a (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 31/12/2019, divulgada pelo BNDES;
 (3) Refere-se à taxa de 31/12/2019, divulgada pela B3;
 (4) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2019, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores;
 (5) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI e TJLP);
 (6) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixada.

20. Compromissos vinculados a contratos de concessão

a. Contribuição fixa

Refere-se ao montante anual a ser pago ao Poder Concedente em decorrência da oferta realizada no leilão objeto da concessão.

	2019		2018	
	Valor Nominal	Valor Presente (Contábil)	Valor Nominal	Valor Presente (Contábil)
Circulante	84.402	83.283	81.726	80.614
Não circulante (a)	2.209.516	1.602.021	2.218.227	1.568.688
	<u>2.293.918</u>	<u>1.685.304</u>	<u>2.299.953</u>	<u>1.649.302</u>

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cronograma de desembolso

	2019		2018	
	Valor nominal	Valor Presente (Contábil)	Valor nominal	Valor Presente (Contábil)
2019	-	-	81.726	80.614
2020	84.402	83.283	81.726	77.999
2021	84.402	80.676	81.726	75.501
2022	84.402	78.177	81.726	73.106
2023	84.402	75.783	81.726	70.812
2024 em diante (a)	1.956.310	1.367.385	1.891.323	1.271.270
	<u>2.293.918</u>	<u>1.685.304</u>	<u>2.299.953</u>	<u>1.649.302</u>

(a) Contemplam as parcelas vencidas em maio de 2016 e 2017, pagas via depósito judicial em 09 de maio de 2016 e 12 de maio de 2017, respectivamente. Os depósitos foram efetuados em decorrência de pleitos de reequilíbrios contratuais em favor da concessionária, no montante de R\$ 148.585 cujo saldo atualizado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 184.121 (R\$ 175.407 em 31 de dezembro de 2018).

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros real de 4,3% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

O valor do ônus da concessão será liquidado em 30 parcelas anuais e consecutivas, cujo montante é reajustado anualmente conforme o IPCA.

Em 10 de maio de 2019, foi pago o montante de R\$ 83.555 (R\$ 79.622 em 2018) referente a parcela fixa anual, sendo R\$ 79.945 (R\$ 76.476 em 2018) em caixa e R\$ 3.610 (R\$ 3.146 em 2018) através de encontro de contas financeiro referente ao reequilíbrio contratual (majoração da alíquota do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) para serviços Aeroportuários nos municípios de Lagoa Santa e Confins).

b. Contribuição variável

Refere-se ao montante a ser pago ao Poder Concedente, a título de contribuição variável da outorga, resultante da aplicação de alíquota de 5% sobre a receita bruta da Concessionária, deduzida do percentual de 26,4165% sobre as receitas tarifárias, referente a incorporação do ATAERO às receitas reguladas, líquido de PIS e Cofins.

	2019	2018
Circulante	13.433	12.557

A contribuição variável é paga anualmente no mês de maio. Em 10 de maio de 2019, foi pago o montante de R\$ 12.554 (R\$ 11.260 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018).

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Compromissos relativos à concessão

A Concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão, no montante de R\$ 287.896 em 2019 e R\$ 929.216 em 2018 (conforme PMI – Programa de Melhorias da Infraestrutura enviado a Agência Nacional de Aviação Cível em 31 de dezembro de 2015).

Os valores representam 100% da concessionária e referem-se à melhor estimativa dos investimentos obrigatórios a serem realizados pela Concessionária, sem considerar gatilhos adicionais. Os valores estão atualizados pelo IPCA até a data da última atualização da tarifa.

A redução nos compromissos de investimentos futuros da Companhia é basicamente referente a exclusão do valor de construção da 2ª pista do aeroporto, dado que, conforme Termo Aditivo nº 3/2019, esse investimento somente se tornará obrigatório quando for atingido o montante de 198 mil movimentos de aeronaves por ano (pousos e decolagens) e investimentos dependentes de gatilho não são computados.

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

21. Demonstração dos fluxos de caixa

	<u>2019</u>
Contas a receber - partes relacionadas	(123.273)
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	<u>(123.273)</u>
Outros de ativo imobilizado e intangível	123.273
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	<u>123.273</u>

a. A companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

b. Reconciliação das atividades de financiamento

	<u>Financiamentos</u>	<u>Aplicações financeiras</u>	<u>Total</u>
Saldo Inicial	(417.590)	-	(417.590)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Captações (líquidas dos custos de transação)	(14.649)	-	(14.649)
Pagamentos de principal e juros	51.621	-	51.621
Aplicações financeiras - conta reserva	-	15.383	15.383
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	<u>36.972</u>	<u>15.383</u>	<u>52.355</u>
Outras variações			
Despesas com juros e variação monetária	(34.259)	-	(34.259)
Total das outras variações	<u>(34.259)</u>	<u>-</u>	<u>(34.259)</u>
Saldo Final	<u>(414.877)</u>	<u>15.383</u>	<u>(399.494)</u>

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Evento subsequente

• **Coronavírus**

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2020 deverá ser revisada, podendo ser possível o reconhecimento de provisão para perda ao valor recuperável nos ativos da Companhia, principalmente, relacionado a realização de contas a receber, recuperabilidade do ativo intangível e realização do imposto de renda e contribuição social diferidos.

Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro do surto nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados, ou do valor recuperável da Companhia.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras.

Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, a controladora em conjunto da Companhia (CCR S.A.), instalou comitê de crise, o qual está tomando as medidas possíveis, diante dos eventos que estão ocorrendo.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia verificou as variações de -11,8% e 6,8% na quantidade de passageiros, nos períodos de 13 a 19 de março de 2020 e de 1º de janeiro a 19 de março de 2020, respectivamente.

Composição da Diretoria

Marcos Brandão	Diretor Presidente
Régio Marcelo Nóbrega Fernandes	Diretor Administrativo - Financeiro
Adrian Bernhard Norbert Elkuch	Diretor de operações

Composição do Conselho de Administração

Cristiane Alexandra Lopes Gomes	Conselheiro
Celso Paes Júnior	Conselheiro
Priscilla Matsumoto Huttenlocher	Conselheiro
André Luiz Fonseca e Silva	Conselheiro
Carlos Eduardo Resende Prado	Conselheiro

Composição do Conselho Fiscal

Johann Georg Erwin Gigl	Conselheiro
Roberto Rodrigues Loiola	Conselheiro
Igor Soares Fernandes	Conselheiro

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC 1SP129452/O-3 S/MG